



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE  
SANTANA DO LIVRAMENTO – RS**  
Rua Senador Salgado Filho, nº 528 - Centro - Tel.: (55) 3241 8624  
**GABINETE DO VEREADOR ANTONIO ZENOIR**



Excelentíssimo Senhor  
Vereador Romário Gonçalves Paz  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Nº 002/2020

**PEDIDO DE INFORMAÇÃO** 16

O Vereador, abaixo firmado, no uso de suas atribuições legais e regimentais, de acordo com o artigo 119 da Resolução nº 1.252/2016, solicita **PEDIDO DE INFORMAÇÃO** sobre:


*Auditoria e/ou apontamento do Governo Municipal a contar de 2017:*

- O Controle Interno encontrou algum objeto de auditoria e/ou apontamento do Governo Municipal a contar de 2017, no que diz respeito a preservação e manutenção da coisa pública (móveis e imóveis)?
- Se sim, quais irregularidades foram encontradas?

**JUSTIFICATIVA**

Este pedido é oriundo do Vereador que necessita de uma resposta coerente, para dar esclarecimentos à população.

Sant' Ana do Livramento, 30 de janeiro de 2020.

  
\_\_\_\_\_  
**Vereador Antonio Zenoir**  
**Líder da Bancada - PSD**

<sup>1</sup> Lei Orgânica: Art. 102 – Compete privativamente ao Prefeito: XIV – prestar à Câmara Municipal, dentro de dez dias as informações solicitadas, sobre fatos relacionados ao Poder Executivo e sobre matéria legislativa em tramitação na Câmara ou sujeita a fiscalização do Poder Legislativo;

<sup>2</sup> Regimento Interno Art. 119. Pedido de informação é a proposição solicitando esclarecimentos ou dados relativos à Administração Municipal, através de requerimento escrito de vereador encaminhado ao Prefeito pelo Presidente da Câmara. § 2º - pedido de informação não atendido no prazo legal poderá ser reiterado pelo presidente, à requerimento do autor, por meio de ofício, conforme dispõe o inciso XIV do artigo 102 da lei Orgânica Municipal;

<sup>3</sup> Decreto Lei 201 Art. 4º. São infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato: - Desatender, sem motivo justo, as convocações ou os pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular.